

ATA NÚMERO 63/XIII/ 1.ª SL

Ao dia 14 do mês de setembro de 2016, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09H30

1. Audição regimental com o Ministro das Finanças, Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Secretário de Estado do Orçamento.
2. Apreciação e votação da atas n.º 56 a 62.
3. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 293/XIII/1.ª (CDS-PP) - Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais e ao Projeto de Lei n.º 289/XIII/1.ª (PSD) - Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais. (Cabe ao GP PS).
4. Designação de relator para a Petição n.º 146/XIII/1.ª - Solicita alteração legislativa relativamente ao funcionamento e à fiscalização dos atos administrativos. (Cabe ao GP PSD).
5. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 149/XIII/1.ª – Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.
6. Designação de relator para a Petição n.º 152/XIII/1.ª - Solicita alteração legislativa que possibilite à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – criar uma plataforma online de queixas para a consulta online de documentos administrativos solicitados. (Cabe ao GP PS).
7. Designação de relator para a Petição n.º 161/XIII/1.ª - Pretende que sejam mantidos os tetos salariais dos administradores públicos e da CGD, para não ultrapassar o salário do primeiro-ministro. (Cabe ao GP BE).

8. Designação de relator para a Petição n.º 162/XIII/1.ª - Solicita alteração ao artigo 79.º do CIRS e à forma de cálculo do IRS para os casados ou unidos de facto com apenas um titular de rendimentos. (Cabe ao GP CDS-PP).
9. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 179/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.
Autora do parecer: Margarida Mano (PSD).
10. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 253/XIII/1.ª (PS) - Isenta de IVA a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus.
Autora do parecer: Margarida Balseiro Lopes (PSD).
11. Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 65/XIII/1.ª - Pretende que as dívidas contraídas por aval sejam automaticamente exoneradas do passivo dois anos após o pedido de insolvência.
Autora do relatório: Margarida Balseiro Lopes (PSD).
12. Designação da delegação da COFMA à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (CiP ECGE UE), que decorrerá em Bratislava, nos dias 16 a 18 de outubro de 2016.
13. Votação do Relatório de Atividades da COFMA referente à 1.ª Sessão Legislativa.
14. Votação do Plano de Atividades da COFMA para a 2.ª Sessão Legislativa.
15. Outros assuntos.

1. Audição regimental do Ministro das Finanças.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro das Finanças, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, ao Senhor Secretário de Estado do Orçamento e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) interveio para referir que o Ministro das Finanças, ao contrário do que sucedeu na audição do passado mês de julho, solicitou, com antecedência, a possibilidade de efetuar

uma intervenção inicial. Questionou os motivos da recusa do PSD em dar a sua anuência a essa intervenção, afirmando que é hábito, nas outras Comissões, o membro do Governo realizar uma intervenção inicial. Notou que tal ocorria com a anterior Ministra das Finanças e que quando a Ministra não o fazia, tal se devia apenas à sua opção.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) recordou que o Regulamento da COFMA não prevê essa intervenção inicial, referindo que no debate com o Primeiro-Ministro também não há intervenção inicial. Declarou que compreende as dúvidas do Senhor Deputado João Galamba (PS) mas que esta é a posição do PSD.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) reiterou a sua posição e solicitou à Senhora Presidente que colocasse na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária da COFMA a discussão de uma alteração ao Regulamento da Comissão.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) considerou não valer a pena continuar a conversa, recordando que o Regulamento foi aprovado por unanimidade. Enfatizou que as audições regimentais têm por objetivo fiscalizar o Governo, papel que cabe à Assembleia da República, e notou que as regras devem ser estabelecidas de forma abstrata e não ligadas a casos concretos, respondendo o Senhor Deputado João Galamba (PS) com o reiterar dos argumentos já utilizados e afirmando que, democraticamente, a Comissão deverá repor a normalidade relativamente às audições de membros do Governo, dado que o PSD insiste em bloquear estas iniciativas.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que o PCP não tem objeções, como não teve em julho nem na legislatura passada, a que o membro do Governo efetue uma intervenção inicial numa audição regimental. Lamentou a posição do PSD e declarou que o PCP acompanha o PS na proposta de revisão do Regulamento, mas que esta audição deverá decorrer conforme o que está regulamentado presentemente.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou a posição injustificadamente inflexível, baseada num argumento formal, e afirmou que nunca há excesso de debate e que nunca impedirá um membro do Governo de efetuar uma intervenção inicial, como, aliás, aconteceu com a anterior Ministra das Finanças. Realçou que terá a mesma posição quando o Ministro das Finanças pertencer a um Governo do PSD.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) lembrou que não se opôs ao pedido do Ministro das Finanças, mas sublinhou que o mesmo tem que ser aceite por unanimidade. Manifestou a vontade de seguir com a audição do Ministro das Finanças, para passar às questões verdadeiramente substanciais.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que o PS já recusou audições de membros do Governo noutras ocasiões e afirmou que o argumento do PSD não é um mero argumento formal.

A Senhora Presidente lembrou o constante da grelha de tempos aprovada em anexo ao Regulamento da COFMA, notando que solicitou autorização de todos os GP's para a intervenção inicial do Ministro da Finanças. Não havendo unanimidade, cumpre-se o Regulamento.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), João Galamba (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá e Miguel Tiago (PCP), tendo o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido

individualmente às questões colocadas. Registaram-se interpelações à mesa dos Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD) e João Galamba (PS).

No âmbito da segunda ronda, entrevistaram os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP). Entrevistaram ainda os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Rubina Berardo (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), António Ventura (PSD), Carlos Silva (PSD), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e João Galamba (PS), tendo o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Na terceira ronda verificaram-se intervenções dos Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Ivan Gonçalves (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), intervindo o Ministro das Finanças, no final, para responder ao conjunto das questões. Interveio ainda o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), em sede de interpelação à mesa.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Aprovação da ata n.º 56 a 62.

As atas foram aprovadas por unanimidade, ficando, todavia, estabelecido que determinados detalhes seriam corrigidos.

3. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 293/XIII/1.ª (CDS-PP) - Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais e ao Projeto de Lei n.º 289/XIII/1.ª (PSD) - Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais. (Cabe ao GP PS).

O PS indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Ricardo Leão.

4. Designação de relator para a Petição n.º 146/XIII/1.ª - Solicita alteração legislativa relativamente ao funcionamento e à fiscalização dos atos administrativos. (Cabe ao GP PSD).

O PSD designou como relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira.

- 5. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 149/XIII/1.ª – Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.**

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião ordinária.

- 6. Designação de relator para a Petição n.º 152/XIII/1.ª - Solicita alteração legislativa que possibilite à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – criar uma plataforma online de queixas para a consulta online de documentos administrativos solicitados. (Cabe ao GP PS).**

O PS designou como relator o Senhor Deputado Fernando Anastácio.

- 7. Designação de relator para a Petição n.º 161/XIII/1.ª - Pretende que sejam mantidos os tetos salariais dos administradores públicos e da CGD, para não ultrapassar o salário do primeiro-ministro. (Cabe ao GP BE).**

O BE designou como relatora a Senhora Deputada Mariana Mortágua.

- 8. Designação de relator para a Petição n.º 162/XIII/1.ª - Solicita alteração ao artigo 79.º do CIRS e à forma de cálculo do IRS para os casados ou unidos de facto com apenas um titular de rendimentos. (Cabe ao GP CDS-PP).**

O CDS-PP declarou indicar mais tarde o nome do relator (designando, posteriormente, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida).

- 9. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 179/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.**

Autora do parecer: Margarida Mano (PSD).

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião ordinária.

- 10. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 253/XIII/1.ª (PS) - Isenta de IVA a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus.**

Autora do parecer: Margarida Balseiro Lopes (PSD).

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) apresentou o parecer de que foi autora, o qual foi aprovado por unanimidade.

- 11. Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 65/XIII/1.^a - Pretende que as dívidas contraídas por aval sejam automaticamente exoneradas do passivo dois anos após o pedido de insolvência.**

Autora do relatório: Margarida Balseiro Lopes (PSD).

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião ordinária.

- 12. Designação da delegação da COFMA à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (CiP ECGE UE), que decorrerá em Bratislava, nos dias 16 a 18 de outubro de 2016.**

A Senhora Presidente explanou a metodologia a seguir na designação de representantes da COFMA para a delegação da AR nesta Conferência, referindo que cabe ao PSD e ao PS designar um representante seu da COFMA e que caberá ao CDS-PP designar um representante de qualquer uma das três Comissões que compõem a delegação (CAE, COFMA e CTSS). Os GP's declararam que mais tarde indicariam os seus representantes [que vieram a ser os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS) e Pedro Mota Soares (CDS-PP)].

- 13. Votação do Relatório de Atividades da COFMA referente à 1.^a Sessão Legislativa.**

O relatório de atividades foi aprovado por unanimidade.

- 14. Votação do Plano de Atividades da COFMA para a 2.^a Sessão Legislativa.**

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião ordinária

- 15. Outros assuntos.**

A Senhora Presidente informou os membros da Comissão das dificuldades de recalendarização da quarta audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, por motivos de agenda, lembrando que a audição foi adiada, depois de marcada, devido às jornadas parlamentares do PSD, e propôs



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

que a Comissão prescindisse da audição. Nenhum GP se manifestou contra, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) acrescentado, em concordância, que esta foi uma sessão legislativa atípica.

A Senhora Presidente referiu que remeterá ao Senhor Presidente da Assembleia da República uma proposta de calendário para o processo orçamental, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) corroborado as ressalvas efetuadas pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) por correio eletrónico, trocado entre a mesa e os coordenadores de GP na COFMA. A Senhora Presidente lembrou o prazo regimental de 20 dias para a apreciação na especialidade e a necessidade de tempo para organizar os guiões de votação

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 14 de setembro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
Jamila Madeira
João Galamba
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Santinho Pacheco
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
Paulino Ascensão